

ACTA Nº. 19
Reunião ordinária da Câmara
Municipal de Portalegre, realizada
em 19 de Maio de 2000.

Aos dezanove dias do mês de Maio do ano dois mil, nesta cidade de Portalegre e sala das reuniões do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Portalegre sob a presidência do Senhor Presidente, Dr. Amílcar Joaquim de Jesus Santos, com a presença dos Senhores Vereadores, António Ferreira da Silva Milheiro, António Fernando Ceia Biscainho, Dr. Joaquim António Miranda da Silva, Sérgio Vasco Dias Luz e Maria da Conceição Farinha Esteves Ribeiro Luís.- Estavam presentes os Senhores, Arquitecto Pedro João Brás da Costa Álvares, do Departamento dos Serviços Técnicos e Qualidade de Vida e Dr. António José Borralho Ramalho, Director do Departamento de Administração Geral, comigo, Maria de Fátima Tavares Chichorro e Silva Capote, Chefe de Divisão de Gestão Administrativa. -----

ORDEM DO DIA:

=====

Iniciou-se a ordem do dia, entregue a todo o executivo e elaborada nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei nº. 442/91, de 15 de Novembro, na sua redacção actual, eram 9,30 horas.-----

ACTA:

=====

Nominalmente votada a acta da reunião nº.18, cujo texto foi previamente entregue a cada um dos membros da Câmara, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES:

=====

FREGUESIA DE RIBEIRA DE NISA:

Presente o projecto da especialidade (estabilidade) apresentado dentro do prazo para tal fixado, pela firma Trevira Fibras, S. A. com sede na Quinta de S. Vicente, Estrada Nacional 246, Ribeira de Nisa, referentes ao projecto aprovado para ampliação da fábrica de fibras sita na Quinta de S. Vicente, Estrada Nacional 246, acompanhado de informação datada de 15 do mês em curso, da Repartição de Apoio ao Departamento Técnico, propondo a aprovação do projecto em sede de deliberação final, nos termos do artº. 19º do Decreto-Lei nº. 445/91, de 20/11, na sua actual redacção.-----

DELIBERAÇÃO (nominal): a Câmara atenta a informação prestada tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto da especialidade apresentado e autorizar a concessão da respectiva licença.-----

Processo nº 45/99.-----

Presente o projecto da especialidade (estabilidade) apresentado dentro do prazo para tal fixado, pela firma Trevira Fibras, S. A. com sede na Quinta de S. Vicente, Estrada Nacional 246, Ribeira de Nisa, referentes ao projecto aprovado para construção de pavilhão na Quinta de S. Vicente, Estrada Nacional 246, acompanhado de informação datada de 15 do mês em curso, da Repartição de Apoio ao Departamento Técnico, propondo a aprovação do projecto em sede de deliberação final, nos termos do artº. 19º do Decreto-Lei nº. 445/91, de 20/11, na sua actual redacção.-----

DELIBERAÇÃO (nominal): a Câmara atenta a informação prestada tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto da especialidade apresentado e autorizar a concessão da respectiva licença.-----

Processo nº 17/2000.-----

FREGUESIA DE S. LOURENÇO:

Presentes os projectos das especialidades apresentados dentro do prazo para tal fixado, por Francisco José Martins Vaz, residente em S. Julião, referentes ao projecto aprovado para construção de uma moradia unifamiliar na Rua D. João III, n.º 27, acompanhado de informação datada de 16 do mês em curso, da Repartição de Apoio ao Departamento Técnico, propondo a aprovação do projecto em sede de deliberação final, nos termos do artº. 19º do Decreto-Lei nº. 445/91, de 20/11, na sua actual redacção.-----

DELIBERAÇÃO (nominal): a Câmara atenta a informação prestada tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar os projectos das especialidades apresentados e autorizar a concessão da respectiva licença.-----
Processo nº 25/2000.-----

FREGUESIA DA SÉ:

Presente o projecto da especialidade (estabilidade) apresentado dentro do prazo para tal fixado, por Adélio José Carço Durão, residente na Rua D. Rodrigo da Cunha, n.º 20, 1.º andar, nesta cidade, referente ao projecto aprovado para construção de uma garagem na referida morada, acompanhado de informação datada de 15 do mês em curso, da Repartição de Apoio ao Departamento Técnico, propondo a aprovação do projecto em sede de deliberação final, nos termos do art.º 19º do Decreto-Lei nº. 445/91, de 20/11, na sua actual redacção.---

DELIBERAÇÃO (nominal): a Câmara atenta a informação prestada tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto da especialidade apresentado e autorizar a concessão da respectiva licença.-----
Processo n.º 353/99.-----

Presente o projecto da especialidade (estabilidade) apresentado dentro do prazo para tal fixado, por Mário Manuel Vilela Ferreira, residente na Rua D. Rodrigo da Cunha, n.º 10, r/c, nesta cidade, referente ao projecto aprovado para construção de uma garagem na referida morada, acompanhado de informação datada de 15 do mês em curso, da Repartição de Apoio ao Departamento Técnico, propondo a aprovação do projecto em sede de deliberação final, nos termos do art.º 19º do Decreto-Lei n.º. 445/91, de 20/11, na sua actual redacção.-----

DELIBERAÇÃO (nominal): a Câmara atenta a informação prestada tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto da especialidade apresentado e autorizar a concessão da respectiva licença.-----
Processo n.º 44/2000.-----

FREGUESIA DA URRÁ:

Presente o projecto de arquitectura apresentado em 6 de Janeiro último, por Francisco José Almeida Realinho, residente na Avenida da Liberdade, lote D, Urrá, referente à construção de armazém na Zona Industrial, lote 117-A, acompanhado de informação datada de 15 do mês em curso, do Departamento dos Serviços Técnicos e Qualidade de Vida, propondo a sua aprovação por este se conformar com o loteamento aprovado para o local e referindo que nos termos do art.º 1.º do Decreto-Lei 521/99, de 10/12, deverá o requerente apresentar o projecto de instalação de gás ou solicitar a sua dispensa, na fase de apresentação dos projectos das especialidades.-----

O processo encontra-se também acompanhado de parecer jurídico referindo que a implantação da construção no lote em causa, embora respeite o loteamento aprovado, desrespeita o plano de pormenor da zona industrial, por não se encontrarem respeitadas as distancias fixadas neste.-----

DELIBERAÇÃO (nominal): a Câmara atenta a informação prestada tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto supra referido nos termos da informação do Departamento Técnico.-----

Mais deliberou, por unanimidade, uma vez que já foram aprovadas construções em idênticas circunstâncias, aprovar uma alteração ao plano de pormenor da zona industrial de Portalegre, que contemple esta e as outras situações, devendo para o efeito ser desenvolvido o respectivo processo.-----

Processo nº 4/2000.-----

Presente o projecto de arquitectura apresentado em 6 de Janeiro último, por Francisco José Almeida Realinho, residente na Avenida da Liberdade, lote D, Urra, referente à construção de armazém na Zona Industrial, lote 117-B, acompanhado de informação datada de 15 do mês em curso, do Departamento dos Serviços Técnicos e Qualidade de Vida, propondo a sua aprovação por este se conformar com o loteamento aprovado para o local e referindo que nos termos do art.º 1.º do Decreto-Lei 521/99, de 10/12, deverá o requerente apresentar o projecto de instalação de gás ou solicitar a sua dispensa, na fase de apresentação dos projectos das especialidades.-----

O processo encontra-se também acompanhado de parecer jurídico, referindo que a implantação da construção no lote em causa, embora respeite o loteamento, desrespeita o plano de pormenor da zona industrial, por não se encontrarem respeitadas as distâncias fixadas neste.-----

DELIBERAÇÃO (nominal): a Câmara atenta a informação prestada tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto supra referido nos termos da informação do Departamento dos Serviços Técnicos.-----

Mais deliberou, por unanimidade, uma vez que já foram aprovadas construções em idênticas circunstâncias, aprovar uma alteração ao plano de pormenor da zona industrial de Portalegre, que contemple esta e outras situações, devendo para o efeito ser desenvolvido o respectivo processo.-----

Processo nº 5/2000.-----

Presentes os projectos das especialidades apresentados dentro do prazo para tal fixado, por Joaquim Roque Pombo, residente na Avenida da Bela Vista, n. 24, em Caia, referentes ao projecto aprovado para remodelação e ampliação de uma habitação sita no Largo dos Cafés, n.º 2, Caia, acompanhado de informação datada de 16 do mês em curso, da Repartição de Apoio ao Departamento Técnico, propondo a aprovação do projecto em sede de deliberação final, nos termos do art.º. 19º do Decreto-Lei nº. 445/91, de 20/11, na sua actual redacção.---

DELIBERAÇÃO (nominal): a Câmara atenta a informação prestada tomou

conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar os projectos das especialidades apresentados e autorizar a concessão da respectiva licença.-----

Processo nº 30/2000.-----

Presente o projecto de arquitectura apresentado em 23 de Fevereiro último, por Luís Maria Vaz D'Almada Avillez, residente na Quinta da Cabaça, Cruz das Mós, referente à remodelação de habitação sita na Quinta do Seixo, Cruz das Mós, acompanhado de informação datada de 15 do mês em curso, do Departamento dos Serviços Técnicos e Qualidade de Vida, propondo a sua aprovação.-----

DELIBERAÇÃO (nominal): a Câmara atenta a informação prestada tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto supra referido nos termos da informação do Departamento dos Serviços Técnicos.-----

Processo nº 49/2000.-----

INFORMAÇÃO PRÉVIA DE CONSTRUÇÃO:

Presente o pedido de informação prévia de construção, apresentado em 24 de Fevereiro último, por Maria de Fátima Barateiro Telo Gonçalves Arriaga, residente na Avenida General Lacerda Machado, n.º 50, 3.º andar frente, Portalegre, para a construção de duas moradias unifamiliares no prédio com a área de 4.000 m², que resultou de uma anexação de parte do prédio rústico inscrito sob o art.º 24 E ao prédio rústico inscrito sob o art.º 136 E, sito em Carreiras, acompanhado de informação datada de 11 do mês em curso, do Departamento dos Serviços Técnicos e Qualidade de Vida, propondo a viabilização da pretensão.-----

DELIBERAÇÃO (nominal): a Câmara atenta a informação prestada tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, viabilizar a pretensão nos termos da informação prestada pelo Departamento dos Serviços Técnicos e Qualidade de Vida e informar o requerente que a deliberação nos precisos termos em que é tomada é válida e vinculativa pelo prazo de um ano, a contar da data de recepção da sua comunicação, nos termos do n.º 3 do art.º 12º e 13º do Decreto-Lei nº. 445/91, de 20/11, na sua actual redacção.-----

Processo nº 11/2000.-----

DESTAQUE:

=====

Presente o processo de destaque, de uma parcela de terreno com a área de 2.057 m², do prédio sito e denominado Cancelona, freguesia da Urra, apresentado em 10 do mês em curso, por José Martins Véstia Janeiro, residente na Avenida 25 de Abril, n.º 7, Urra, acompanhado de informação datada de 15 do

mês em curso, do Departamento dos Serviços Técnicos e Qualidade de Vida, propondo o seu deferimento, por se encontrarem reunidas as condições previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 448/95, de 20/11, na sua actual redacção.-----

DELIBERAÇÃO (nominal): a Câmara atenta a informação prestada tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o destaque e emitir a respectiva certidão.-----

Processo n.º. 7/2000.-----

FORA DA ORDEM DO DIA:

=====

Reconhecendo depois a Câmara, por unanimidade, a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos, não incluídos na ordem do dia, nos termos do art.º. 19º do Decreto-Lei n.º. 442/91, de 15 de Novembro, na sua actual redacção, tratou os seguintes assuntos.-----

LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES:

=====

FREGUESIA DE S. LOURENÇO:

Presente requerimento apresentado em 17 do mês em curso por João Manuel Cantinho Pereira, residente na Rua Cimo da Vinha, n.º 44, 1.º andar, Fortios, solicitando a libertação da caução prestada para a realização das escavações relativas à construção de uma habitação na Herdade do Montinho, freguesia de S. Lourenço, acompanhado de informação da Repartição de Apoio ao Departamento Técnico, propondo o deferimento do pedido em virtude de já ter sido emitido o alvará de licença de construção e a obra prosseguir agora ao abrigo desta licença.-----

DELIBERAÇÃO (nominal): a Câmara atenta a informação prestada tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, deferir o pedido:-----

Processo n.º. 340/99.-----

ORDEM DO DIA:

=====

Retomando a ordem do dia a Câmara tratou os seguintes assuntos: -----

CONTABILIDADE:

=====

PLANO DE ACTIVIDADES:

Presente a 4.^a Alteração ao Plano de Actividades da Câmara Municipal para o ano 2000, que apresenta os seguintes valores:-----

Objectivo 02 – Cultura, Desporto e Tempos Livres. Programa 02 – Desporto e Tempos Livres, Projecto 08 - Polidesportivos do Concelho(Benef. E Rep.) – reforço de 2.500 contos; O Programa 02 tinha a dotação de 560.400 contos e passa para 562.900 contos; O Objectivo 02 tinha a dotação de 1.257.900 contos e passa para 1.260.400 contos; Objectivo 05 – Habitação e Urbanização Programa 01 – Habitação. Projecto 03 – Reparação e beneficiação de prédios do Município – reforço de 1.000 contos; O Programa 01 tinha a dotação de contos 17.000 e passa para 18.000 contos; Programa 04 – Urbanização. Projecto 08 – Prolongamento da Avenida Frei Amador Arrais – reforço de 20.000 contos; O Programa 04 tinha a dotação de 717.500 contos e passa para 737.500 contos; O Objectivo 05 tinha a dotação de 1.107.780 contos e passa para 1.128.780 contos. Objectivo 06 – Saneamento e Salubridade. Programa 04 – Cemitério. Projecto 03 – Construção de Casa Mortuária em São Julião – reforço de 1.100 contos; O Programa 04 tinha a dotação de 47.300 contos e passa para 48.400 contos. Objectivo tinha a dotação de 617.700 contos e passa para 618.800 contos. Objectivo 09 – Comunicações e Transportes. Programa 01 – Rede Viária e sinalização. Projecto 01 – Projectos Acção 16 - E.M. 520 da Urra a Portalegre Gare (Projecto e alarg.) – dedução de 32.500 contos; O Projecto 01 tinha a dotação de 141.250 contos e passa para 108.750 contos; O Programa 01 tinha a dotação de 365.550 contos e passa para 333.050 contos; O Objectivo 09 tinha a dotação de 560.050 contos e passa para 527.550 contos; Objectivo 11 - Maquinaria e Equipamento Programa 06- Aquisição e Grande Reparação de Equipamento e Maquinaria para os Serv. Técnico de Obras - Reforço de 10.000 contos; O Programa 06 tinha a dotação de 33.400 contos e passa para 43.400 contos; Programa 17 – Transferências p/ Juntas de Freguesia para despesas de investimento - Reforço de 1.350 contos; O Programa 17 tinha a dotação de 3.900 contos e passa para 5.250 contos; O Objectivo 11 tinha a dotação de 106.750 contos e fica com a dotação de 118.100 contos. O Total Geral era de 4.564.396 contos e passa a ser de 4.567.846 contos.-----

DELIBERAÇÃO (nominal) : a Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar tal documento, tendo o mesmo sido rubricado e assinado pelos membros do executivo.-----

Mais foi deliberado, aprovar em minuta esta deliberação.-----

ORÇAMENTO:

Presente a 4.^a Alteração ao Orçamento Municipal para o ano 2000, que apresenta um total de 40.450 contos, sendo as despesas correntes de 4.500 contos e de capital 35.950 contos, constituídos por deduções em rubrica da despesa de igual valor em dotações da mesma natureza. -----

DELIBERAÇÃO (nominal) : a Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar tal documento, tendo o mesmo sido rubricado e assinado pelos membros do executivo. -----

Mais foi deliberado, aprovar em minuta esta deliberação. -----

PATRIMÓNIO:

=====

COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS:

Presente carta de Francisco Martins Casado, datada de 10 do mês em curso, relativa ao pedido de alienação do fogo onde reside, situado no Bloco 14, 2.º Dt.º da Rua Luís Pathé, em Portalegre, em 06/10/98, que no seguimento da proposta de aquisição do fogo que lhe foi feita no valor de 3.393.000\$00, solicita que tal valor seja alterado, por já ter outras propostas de maior valor. -----

DELIBERAÇÃO (nominal) : a Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, comunicar que, face a deliberação do executivo e da Assembleia Municipal, não é possível alterar a posição tomada face ao pedido em causa. -----

DESAFECTAÇÃO DE TERRENOS:

Presente carta de Manuel Joaquim Barros, datada de 18/04/00, solicitando que a Câmara autorize a venda de um terreno na Rua 1.º de Maio, para construção de um edifício entre os dois prédios que adquiriu, inscritos na matriz sob os artigos 152 e 153, na freguesia de S. Lourenço, nesta cidade, com Informação do Serviço de Património datada de 26 do mês findo, relativa à desafecção do domínio público da referida parcela de terreno com a área de 41 m². -----

DELIBERAÇÃO (nominal) : a Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, que o assunto transite para posterior reunião, com informação complementar.-----

HIPOTECA:

Presente requerimento, devidamente informado pelo Serviço de Património, datado de 09/03/2000, de José Sousa, Ld.^a residente no Largo Dr. Alves de

Sousa, n.ºs 14 e16, em Portalegre, solicitando autorização para hipotecar o lote de terreno n.º 56 do loteamento municipal da Zona Industrial de Portalegre, na freguesia da Sé, a favor do Banco Português de Investimentos e o reconhecimento da sua subsistência mesmo em caso de reversão. -----

DELIBERAÇÃO (nominal) : a Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar a constituição da hipoteca, reconhecendo a sua subsistência, mesmo em caso de reversão. -----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS:

=====

PEDIDOS DE SUBSÍDIO E OUTROS:

Presente carta ref.^a 48/2000, datada de 5 do mês em curso, do Conselho Distrital da União dos Sindicatos de Portalegre, solicitando a atribuição de um subsídio para o espectáculo que pretendem realizar, intitulado “Comemorar Maio com o coração em Moçambique”.- -----

DELIBERAÇÃO (nominal) : a Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, conceder um subsídio no valor de 20.000\$00 (vinte mil escudos).----

SAÍDA DE VEREADOR:

=====

Neste momento saíu da sala o Senhor Vereador Dr. Joaquim António Miranda da Silva, que se declarou impedido de tratar o assunto seguinte, por motivos familiares.-----

Presente carta de Ana Paula Miranda, estudante do 4.ºano de Licenciatura em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, na qual solicita ajuda financeira para se deslocar a Hong Kong, no próximo mês de Junho, com mais duas colegas, a fim de participarem no concurso internacional 1999/2000 ACSA/Otis Elevator Urban Housing Plus, com a apresentação de um trabalho de desenho urbano, que foi apurado finalista, com outros seis, num conjunto de 250 concorrentes de 166 escolas de 46 países. -----

DELIBERAÇÃO (nominal) : a Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 50.000\$00 (cinquenta mil escudos), atento o facto de se tratar de uma cidadã natural e residente em Portalegre, de momento a estudar em Lisboa, que se destaca pelo seu mérito científico e que levará o nome de Portalegre ao estrangeiro. -----

ENTRADA DE VEREADOR:

=====

Neste momento reentrou na sala o Sr. Vereador, Dr. Joaquim António Miranda da Silva.-----

Presente carta ref.^a 04/00, datada de 09 do mês em curso, da ADRCC – Associação Desportiva Recreativa e Cultural de Carreiras, remetendo o seu Plano de Actividades para o corrente ano e solicitando a colaboração da Câmara, com a atribuição de um subsídio de 350.000\$00, para cumprimento do mesmo.-----

DELIBERAÇÃO (nominal) : a Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio de 350.000\$00 (trezentos e cinquenta mil escudos, para apoio às actividades desportivas daquela colectividade. -----

Presente carta do Grupo Motard “Novo Milénio”, datada de 28 do mês findo, solicitando apoio logístico para a realização da sua “1.^a Concentração Motard do Norte Alentejano, nos dias 2, 3 e 4 de Junho/2000.-----

DELIBERAÇÃO (nominal) : a Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, conceder apoio logístico ao nível dos solicitados, nomeadamente contentores de lixos, fornecimento de stands, montar e desmontar pelos interessados; cedência de material eléctrico a instalar pelos interessados, bandeira do município e recolha de lixo. -----

Presente cartas do Clube de Natação de Portalegre, datadas de 04 e 12 do mês em curso, solicitando apoio económico para a sua deslocação aos Açores, a fim de participarem na prova de natação “Torneio das Sanjoaninhas”, Ilha Terceira, a realizar nos dias 25 e 26 de Junho/2000.-----

DELIBERAÇÃO (nominal): a Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, conceder um subsídio no valor de 100.000\$00 (cem mil escudos).

Presente carta da munícipe Maria Barradas Candeias, datada de 15 do corrente mês, solicitando apoio financeiro que lhe permita minimizar as despesas com a edição de um livro versos, do seu falecido marido, intitulado, “Este recado que vos deixo”. -----

DELIBERAÇÃO (nominal): a Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, adquirir 100 exemplares do livro, pelo valor de 100.000\$00 (cem mil escudos). -----

PEDIDO DE TRANSPORTE:

Presente ofício n.º 12/2000, datado de 05 do mês em curso, da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Vale Lourenço, Montinho, solicitando a cedência de transporte para deslocação dos alunos de todas as escolas da freguesia de

Alegrete, por ocasião das comemorações do “Dia Mundial da Criança”, até à referida freguesia.-----

DELIBERAÇÃO (nominal) : a Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, conceder o transporte solicitado, a título gratuito. -----

Presente ofício n.º 2391, datado de 09 do mês em curso, da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, solicitando a cedência de transporte para deslocação dos elementos do Rancho Folclórico de Fortios, que irão participar no Festival de Folclore, a realizar no próximo dia 10 de Junho, naquela Vila. -----

DELIBERAÇÃO (nominal): a Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, informar que não é possível assegurar o transporte solicitado. -----

Presente carta do Centro Social e Jardim Infantil de S. Cristóvão, datada de 10 do mês em curso, solicitando a cedência de transporte, para deslocação das suas crianças ao Senhor dos Aflitos, no dia mundial da criança. -----

DELIBERAÇÃO (nominal) : a Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, conceder o transporte solicitado, a título gratuito. -----

HABITAÇÃO SOCIAL:

Presente informação n.º 125/00, datada de 09 do mês em curso, dos Serviços de Habitação, em aditamento à informação n.º 103/00, respeitante ao pedido de habitação formulado por Fátima Isabel Monteiro Óscar Ferreira Cardoso. -----

DELIBERAÇÃO (nominal) : a Câmara tomou conhecimento e em face da referida informação, deliberou, por unanimidade, comunicar que, de momento, não existem fogos disponíveis. -----

Presente informação n.º.110/00, datada de 18 do mês findo, dos Serviços de Habitação, respeitante às rendas em atraso do arrendatário, João Paulo Aires Lage, na sequência da deliberação de 17 de Março do ano em curso, apresentando proposta de redução da dívida, nomeadamente, através de uma actualização do valor da renda, à data da celebração do contrato, face aos rendimentos auferidos e às dificuldades económicas que o agregado familiar atravessa, por forma a facilitar o pagamento da dívida em atraso. -----

DELIBERAÇÃO (nominal) : a Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, fixar o novo valor proposto de 6.780\$00 (seis mil setecentos e oitenta escudos), devendo os Serviços Municipais de Habitação articular com o interessado, uma modalidade de pagamento das rendas em atraso, a ser submetida, posteriormente, ao executivo. -----

GELATARIA/CAFETARIA CADISLEGRE:

Presente o processo respeitante ao direito de superfície, da firma “Cadislegre” –

Imobiliária, Turismo e Hotelaria, Ld.^a, com informação do Senhor consultor jurídico, Dr. José Gomes, referindo que, mostrando-se como passíveis a ser operados os mecanismos legais necessários à efectiva activação da resolução do direito de superfície e atento o consagrado na escritura pública celebrada entre a Câmara Municipal e a firma “Damião & Belo” em 26/08/83, tendo por base o consagrado na cláusula décima primeira da referida escritura, deve o assunto ser dirigido ao Senhor Dr. Henrique Testa, para que se opere tal processo pelo meio legal -----

DELIBERAÇÃO (nominal) : a Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, notificar, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, da intenção do executivo, em resolver o contrato de cedência do direito de superfície.

MERCADOS E FEIRAS:

Declarou o Senhor Presidente que, no seguimento da deliberação tomada em reunião ordinária realizada em 07 de Abril do ano em curso, se ia proceder à hasta publica para o direito de ocupação de terreno no recinto da feira das cerejas, para instalação de divertimentos.-----

Convidados a entrar na sala, foi aberta a licitação verbal, verificando-se que o melhor valor oferecido, foi o seguinte: pista de automóveis, para adultos 30.200\$00 (trinta mil e duzentos escudos), por Júlio António Meira Tavares.-----

DELIBERAÇÃO (nominal) : a Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aceitar o valor proposto e considerar arrematado a favor do licitante o direito de ocupação de terreno destinado à instalação da pista de automóveis. --

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO:

Presente o ofício n.º 557/DRA, datado de 16/03/2000, Direcção Regional do Alentejo, remetendo o protocolo de colaboração com o Instituto Nacional de Estatística, tendo em vista a elaboração dos censos 2001, com informação DTV n.º 81/00, referindo que dos três tipos enviados pelo INE, é este o mais adequado às capacidades reais de resposta deste Município, sendo também o menos exigente.-----

DELIBERAÇÃO (nominal) : a Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o protocolo em causa.-----

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter tal documento à Assembleia Municipal. -----

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA PÓLIS:

No seguimento da deliberação tomada na reunião anterior, disse o Senhor Presidente que tomara já a iniciativa de solicitar a diversos técnicos propostas que

possam merecer aprovação para candidatar ao Programa Polis e relativas ao centro histórico da cidade.-----

Pedindo o uso da palavra o Senhor Vereador Dr. Joaquim Miranda da Silva disse considerar que foi perdida uma oportunidade, que tem a ver com uma posição estratégica por parte da Câmara, que em seu entender é errada, comprovando-se o que repetidamente tem dito, que são necessários projectos, até como forma de sensibilizar o governo e não apanhar o que aparece, como foi o caso dos equipamentos desportivos. De facto, do programa, tal como é, resulta que a cidade de Portalegre foi marginalizada. Importa agora salvar o possível. Quanto ao centro histórico, disse que a cidade de Portalegre não se resume a este. Portalegre não tem articulação entre si, designadamente entre os bairros dos Assentos e Atalaião; a Praça da República deve ser repensada, pois a sua filosofia deveria ser outra que não a de ter meros estabelecimentos comerciais (cabeleireiro). Qual o projecto para a Robinson ?; concluiu por dizer que é da maior importância definir a estratégia a adoptar perante o Programa Polis, definir os limites financeiros de ambas as partes, os timings, etc.-----

De seguida os Senhores Vereadores do PSD leram e entregaram o documento que a seguir se transcreve:-----

“Os Vereadores do PSD, na linha do que tem sido a sua postura ao longo destes dois anos e meio de mandato, para além de criticarem o que em consciência entendem ser negativo para o concelho, privilegiam a apresentação de sugestões e propostas que visam o desenvolvimento e o futuro de Portalegre. -----

No presente momento de discussão e alguma controversa relativa ao Programa Polis, conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000 publicada no D. R. n.º 112, II série B de 15 de Maio, os vereadores do PSD, antes de mais e por esta forma, responsabilizam o governo e o Sr. Presidente da Câmara, ambos do Partido Socialista, pela não inclusão de Portalegre entre as cidades que no articulado da supra referida R.C.M. se referem como possuindo, e citamos, “projectos de requalificação urbana, em curso, ou previstos no país que foram considerados relevantes ou demonstrativos do tipo de intervenção que se pretende apoiar”. -----

Responsabilizamos, portanto, o governo socialista por não ter considerado Portalegre entre as cidades que considerou como dignas e capazes do que classificam como “intervenções exemplares”, ao arrepio do que ao longo dos anos, em sucessivas e constantes visitas governamentais tem prometido e tentado fazer crer aos portalegrenses mas que afinal se traduz em publicidade, marketing e mãos cheias de nada. Somos, de facto, a única capital de distrito do interior que fica fora das citadas “intervenções exemplares”.-----

Responsabilizamos também o Sr Presidente da Câmara, por uma gestão casuística e virada para publicidade, festas e romarias, que se tem limitado a gerir os projectos herdados, com atrasos uns e paralisados outros, e que decorridos 2/3 do mandato não tem um único projecto ou plano com o mínimo de relevância

para o futuro do concelho, capaz de agora apresentar no âmbito do III Q.C.A., incluindo o presente programa Polis. -----

Com efeito, a obra do Prolongamento da Av.^a Frei Amador Arrais, será a única possibilidade de candidatura que possuímos, e que, mesmo assim é um projecto que ficou paralisado desde o último executivo do PSD, só recentemente reactivado por iniciativa e insistência nossa, mau grado a pouca vontade e indecisões que o Sr. Presidente revelou durante a discussão havida e que parece, finalmente, ter desbloqueado o andamento do processo. -----

Não temos ainda o instrumento que poderia ser a mola real de intervenção no âmbito do Polis, por indesculpável incúria; referimo-nos ao Plano de Pormenor e Salvaguarda e Valorização do Núcleo Histórico e Envolvente, lançado pela última Câmara do PSD em 10/09/97 e que foi formalmente adjudicado já no corrente mandato, em 23/01/98. -----

Tinha um prazo de execução de 9 meses, já decorreram mais de dois anos e ainda não se vislumbra quando estará concluído e em vigor. -----

Inserido na mesma estratégia que vinha a ser seguida pelo anterior executivo, para a recuperação e valorização do Núcleo Histórico, estava a candidatura apresentada em 19/11/97 ao programa Rehabita, e o conseqüente pedido ao Sr. Ministro do Planeamento e Administração do Território (em 10/12/97) para que declarasse o Centro Histórico de Portalegre como Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística. Também esta candidatura ficou no rol dos esquecidos. - Temos portanto motivos para considerar que a hipotética abrangência do Polis a Portalegre será difícil, muito limitada e residual. Dos 160 milhões de contos previstos no Polis, quanto caberá a Portalegre? -----

O nosso cepticismo a este respeito, para além dos condicionalismos e incapacidade interna que referimos, baseia-se ainda na análise do conteúdo do diploma legal em que se baseia o Polis e nos comentários e artigos de opinião publicados em vários jornais de circulação nacional, por analistas dos mais variados quadrantes políticos. -----

Escolhemos para ilustrar o que afirmamos, o artigo publicado pela insuspeita deputada do Partido Socialista Arq.^a Helena Roseta no Le Monde Diplomatique, edição portuguesa, n.º 14, de Maio de 2000, que passamos a citar: -----

(9) “É certo que a componente 1 do Programa Polis inclui, na linha 1, a selecção fechada de 18 grandes intervenções de requalificação e, na linha 2, a possibilidade de outros municípios se candidatarem a experiências semelhantes, posteriormente. Mas não são explícitas que parcelas, entre os 125 milhões de contos desta componente, se destinam à parte fechada e à parte aberta. Da leitura do Programa, fica a ideia de que a parte aberta nesta componente será residual”.-----

O sublinhado é nosso, por ser esta a posição de Portalegre face ao Programa – meramente residual.-----

As rosas estão distribuídas: para uns as pétalas, para nós contemo-nos com os picos. -----

Referimos ainda e em complemento desta realidade, que a gestão actual não foi capaz de aproveitar os recursos disponíveis, ainda que limitados (52.500 contos), relativos ao anterior programa das cidades médias (Prosiurb com um investimento previsto de 105.000 contos) que herdou do PSD, tendo que devolver as verbas recebidas como adiantamento. -----

Estamos, portanto, perante uma gestão que não augura capacidade de resposta adequada ao aproveitamento das verbas que residualmente se pudessem, ainda assim, aproveitar. -----

Não obstante, aqui deixamos as nossas sugestões, como sempre temos feito ao longo do mandato. -----

Sugestões dos Vereadores do PSD, possíveis de incluir no âmbito do Programa Polis.-----

1- Procurar a salvaguarda e a valorização do Núcleo Histórico e envolvente da Cidade de Portalegre, mediante a intervenção potenciada pela existência de valores patrimoniais e históricos de muito interesse e valor, traduzidos em monumentos, edifícios e no que é considerado como o maior conjunto de casas apalaçadas das cidades portuguesas.-----

2- Deverá ser considerada a criação de zonas pedonais desde o Castelo (Largo dos Combatentes) até a Rua Benvindo Ceia e toda a zona das muralhas e torre, adjacentes ao Museu das Tapeçarias, sobranceira à Rua 1º de Maio. -----

3- Aproveitamento de toda a área ao longo da referida Rua 1º de Maio, correspondente ao espaço dos edifícios já comprados pelo anterior executivo, e alargamento dessa área mediante a aquisição das actuais instalações da Ford e habitações contíguas até à Azinhaga do Arco do Bispo libertando as muralhas de todas as construções existentes. O objectivo deverá ser a reabilitação da muralha, a sua exposição e a utilização do espaço para estacionamento ordenado e valorizado paisagisticamente. -----

Em complemento seria efectuada a ligação pedonal ao Largo Dr. Frederico Laranjo. -----

4- Aquisição de espaços (Fábrica Real) e respectiva recuperação com vista a instalações de índole cultural – Museu dos Presépios; Museu dos Bombeiros; Museu Etnográfico; extensão do Museu Municipal (para o espólio actualmente armazenado) Museu das Indústrias; Galeria de Exposições; Oficina de Artes Plásticas; sede de grupos culturais etc. -----

5- Criação de percursos turísticos onde a circulação automóvel seja limitado ao mínimo indispensável ou mesmo suprimida onde possível, com adequada sinalética informativa que permita a leitura completa de toda a Zona Histórica e seus monumentos – Sé, Praça da República (Centro Cultural de S. Brás), Corredoura, Convento de S. Bernardo, Fábrica Real, Rossio, Museu das Tapeçarias, Palácio Amarelo, Muralhas e Castelo. -----

Deveria ser tida em conta a existência de vários tipos de percursos: museus, casas apalaçadas, conventos, igrejas, muralhas...-----

6- Dotar a Zona Histórica de todas as infraestruturas necessárias a uma boa qualidade de vida e ambiental mediante a renovação das redes de saneamento básico, abastecimento público e comunicações, através da concretização de um projecto a executar com a máxima urgência e que inclua as condutas de água, esgotos, gás, electricidade, telefones e TV cabo, equacionando-se a construção, onde se justifique das designadas “calhas técnicas”. -----

7- Ordenar o trânsito e estacionamento, mediante a execução de um Plano de Circulação, Transporte e Estacionamento, tendo como objectivos fundamentais: ---

- Aumentar a fluidez do tráfego automóvel; -----
- Reduzir o tráfego automóvel no Centro Histórico; -----
- Reordenar a circulação e o estacionamento; -----
- Melhorar a qualidade ambiental, mediante a redução da poluição atmosférica e sonora, -----
- Preservar o Património;-----
- Contribuir para a poupança de energia; -----
- Garantir o máximo de segurança a peões e automobilistas. -----

Estes objectivos deverão ser atingidos mediante: -----

- Prolongamento da Av^a. Frei Amador Arrais;-----
- Regulação do trânsito na Zona Histórica; -----
- Criação de eventuais zonas pedonais na área do Centro Histórico; -----
- Criação de zonas de circulação restrita a residentes no Centro Histórico; -----
- Criação de Parques de estacionamento na Zona Histórica e junto dela (Torre do Pessegueiro, Corredoura junto à Fabrica Real, faixa de terreno adjacente às escadas da Azinhaga do Geraldo junto à Escola de S. Lourenço, estacionamento subterrâneo e à superfície na parada do antigo Quartel de S. Francisco, e, ou silo no antigo lagar à Esquina das Beatas, actuais instalações da Setubalense após construção de novo terminal rodoviário);-----
- Reformulação do estacionamento na Praça João Paulo II;-----
- Libertação do Largo dos Aviadores do estacionamento de autocarros, com reformulação do espaço para estacionamento público; -----
- Incentivos à criação de parques de estacionamento privado; -----
- Criação de estacionamento periférico (Bonfim, actuais oficinas da Câmara...) -----
- Construção de um Terminal Rodoviário (incluindo cargas, descargas e armazenamento de mercadorias, nos terrenos situados entre a Piscina e o sítio do Buraco, assegurando-se a ligação pedonal entre a Av^a. do Brasil e a Av^a. da Liberdade (Rossio);-----
- Execução, com celeridade, do projecto da “Avenida da Meia Encosta”, entre a Rotunda do Eucalipto (Assentos) e as Brasileiras, com ligações à Rua 1^a de Maio no Largo de S. Bartolomeu e na Santana;-----
- Reformulação da Rede de Transportes Colectivos Urbanos, que passa pela aquisição de autocarros articulados para os eixos de grande volume de passageiros e de “mini bus” adequados à circulação em toda a cidade, nomeadamente na Zona Histórica; -----

- Colocação de pisos antiderrapantes para comodidade e segurança dos peões nas vias urbanas mais inseguras e escorregadias (Arco do Ascenção, Muros de Baixo, Largo de S. Lourenço, Rua do Pinheiro...);-----

- Aprovação de um Regulamento de Cargas e Descargas; -----

- Desclassificação da actual Variante; -----

8- No que respeita ao Planeamento Urbanístico, torna-se indispensável a elaboração de Planos de Pormenor, o lançamento de obras e a existência de novos projectos, nomeadamente a elaboração dos Planos de Pormenor previstos no P.D.M. com especial prioridade aos que se referem às encostas situadas entre a Variante e a rua 1º de Maio, desde a rotunda do eucalipto ao sítio do Buraco. ----

9- Intervenções de recuperação e requalificação da zona verde existente, no âmbito do Plano Verde, com especial realce para o Jardim do Corredoura e Jardim da Avª. da Liberdade, mediante projectos adequados.

10 – No âmbito da habitação, seria importante a existência de um programa de recuperação da habitação degradada no Centro Histórico, o Rehabita ou outro dos que foram recentemente lançados pelo actual governo, para além de incentivos da própria Câmara, tanto à reconstrução como a obras de conservação. -----

Finalmente, os Vereadores do PSD consideram que o Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Histórico e Envolvente, deverá constituir o instrumento fundamental de toda a possível acção a desenvolver no âmbito do Polis, ou qualquer outro programa ou intervenção na zona Histórica de Portalegre, pelo que é urgente a sua conclusão e entrada em vigor. -----

Paralelamente, perdida que foi a oportunidade de aquisição de terrenos estratégicos necessários à cidade (caso da Moagem), é indispensável prosseguir a política de aquisições de espaços que vinha a ser desenvolvida pelo anterior executivo, nomeadamente: -----

a) tendo sido adquiridos os edifícios da Rua 1º de Maio, sítos entre as muralhas e a Ford, seria fundamental adquirir agora os edifícios dessa empresa e as habitações contíguas, como se referiu em 3). -----

b) concretização da permuta acordada pelo executivo anterior com o proprietário do terreno sito na muralha, entre o Largo dos Combatentes e a rua Benvindo Ceia. -----

c) Continuação das negociações iniciadas pela anterior Câmara com os proprietários das zonas de muralhas sitas junto ao Museu das Tapeçarias, entre este e o quintal do Dr. Ascenção, com vista à respectiva aquisição. -----

d) Aquisição da Fábrica Real.-----

e) Aquisição do Quartel de S. Brás. -----

Conscientes de que não será humanamente possível a concretização imediata de todos os aspectos referidos nas presentes sugestões, muitas já por nós apresentadas ao longo do mandato, os Vereadores do PSD apresentam-nas como contributo para a discussão, esperando o empenhamento de todo o executivo na concretização do que for possível, disponibilizando-se para apoiar

também todas as outras que as restantes forças políticas representadas na Câmara entendam apresentar. -----
O nosso único objectivo é potenciar e perspectivar o futuro do concelho, que actualmente se vê sombrio e comprometido.”-----
Usando depois da palavra o Senhor Vereador António Milheiro disse que a proposta apresentada pelos Vereadores do PSD ultrapassava largamente o âmbito o Programa Polis, que estava em causa; disse também que não entendia que a oportunidade para Portalegre estivesse perdida, pois o importante era concorrer agora com projectos.-----
De seguida o Senhor Vereador Sérgio Luz disse concordar com o Senhor Vereador António Milheiro, pois para a próxima reunião deve agendar-se o programa eleitoral para se discutir o programa Polis. Quanto ao comentário do Senhor Vereador Dr. Miranda, relativo aos equipamentos desportivos, discorda em absoluto, pela necessidade que Portalegre tem deles.-----
O Senhor Presidente disse então que é do conhecimento geral a posição de força que tomou ao ter conhecimento de que Portalegre não estava incluída.-----
O Senhor Vereador António Biscainho questiona se essa posição de força terá sido suficiente, pois gostaria de ter visto Portalegre incluído na RCM recentemente publicada; disse também que o que refere na declaração que apresentou constava do seu programa eleitoral para o presente mandato; disse também que é impensável beneficiar o centro histórico sem a obra da Av. Frei Amador Arrais.-----
Usando de seguida da palavra o Senhor Dr. Joaquim Miranda da Silva, disse não poder ser acusado de não falar sempre numa perspectiva global e de que a Câmara deveria apetrechar-se de projectos; quanto à necessidade de equipamentos desportivos referida pelo Senhor Vereador Sérgio Luz, disse concordar em absoluto com eles, mas o problema é de definição de prioridades em face das necessidades, tendo o Senhor Vereador Sérgio Luz dito que foi feito o levantamento das necessidades e realizações desportivas, ao que o Senhor Vereador Dr. Joaquim Miranda da Silva, disse concordar, mas que idêntico procedimento se poderia ter tido na área da cultura, educação, etc.-----
O Senhor Presidente referiu que as questões apresentadas pelo PSD não se conformam com o programa Polis. Pensava que se iam discutir propostas nesse âmbito. Disse que assumia todas as responsabilidades mas não tinha culpa que o Governo não tivesse contactado a C:M. de Portalegre, a qual está a gerir com grandes dificuldades de pessoal, o que obrigou, por exemplo, que o programa de intervenção do Atalaião tivesse que ter sido reformulado, por não corresponder ao actualmente existente. O GAT está a projectar para os Assentos. Estão portanto a ser feitos projectos, alguns com atrasos, porque a sua versão inicial não assentava em dados correctos topográficos. De qualquer forma, mesmo que se ande depressa, a Câmara terá que encarar que tem de pagar 25% das despesas, que nem estão orçamentadas por desconhecimento do programa. Contudo, disse que a candidatura da Câmara a fundos comunitários não se esgota no Programa

Polis, pois ainda há o 3.º Q.CA., importando pois agir, pelo que se adiantou, falando com os técnicos, como referiu no início.-----

DELIBERAÇÃO (nominal) : a Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, discutir o assunto na próxima reunião, solicitando a presença na mesma de alguns técnicos do GAT, do DTV, etc. -----

FALTAS:

=====

A Câmara deliberou, por unanimidade, justificar a falta dada, por motivos particulares, pelo Senhor Vereador José Manuel Marques de Matos Rosa,-----

BALANCETE:

=====

Os saldos em dinheiro em poder do tesoureiro e em depósito são, em 2000/05/18, os seguintes:-----

CONTA DA CÂMARA - 580.359.383\$00 (quinhentos e oitenta milhões trezentos e cinquenta e nove mil trezentos e oitenta e três escudos). -----

CONTA DE OPERAÇÕES DE TESOURARIA: - 22.321.475\$00 (vinte e dois milhões trezentos e vinte e um milhões quatrocentos e setenta e cinco escudos).--

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo outros assuntos a tratar foi, pelo Senhor Presidente, encerrada a reunião, eram 14,25 horas, da qual foi lavrada a presente acta, que vai ser devidamente assinada, depois de lida e aprovada.-----E

eu, Chefe de
Divisão de Gestão Administrativa, a redigi e subscrevo.-----

